



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE
ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE**

----- No dia vinte e cinco de Abril de dois mil e dezanove, teve lugar no Teatro Viriato, a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, Comemorativa do 45º Aniversário do 25 de Abril, a qual foi presidida pelo Senhor José Manuel Henriques Mota de Faria Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor Paulo Jorge de Almeida Pereira como Primeiro Secretário e pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes como Segunda Secretária.-----

A Sessão teve início às dez horas e trinta e seis minutos.-----

Não se verificaram faltas à presente Sessão.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava todos os presentes. Um cumprimento especial aos nossos Capitães de Abril que estão aqui presentes, o Tenente General Ferreira do Amaral, o Senhor Tenente Coronel Amândio Augusto, uma palavra também, não pode estar presente e que justificou por motivos de saúde, ao Senhor Coronel Arnaldo Costeira, e recorde também o Capitão de Abril que faleceu no dia 9 de outubro de 2018, o Coronel Diamantino Gertrudes da Silva.-----

Cumprimentava a Senhora Dr.^a Joana Marques Vidal que muito nos honra com a sua presença, e por isso, diria, bem-vinda a Viseu.-----

Cumprimentava Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo de Viseu D. António Luciano, cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara Dr. Almeida Henriques, cumprimentava o Senhor Vice-Presidente e todos os Senhores Vereadores, cumprimentava o Senhor Deputado do Parlamento Europeu Dr. Fernando Ruas, cumprimentava todos os Membros da Assembleia Municipal, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, cumprimentava os ex-Membros do Executivo Camarário, e na pessoa do Sr. Engenheiro António da Costa Vidal que também está aqui connosco. Cumprimentava também todos os ex-Membros da Assembleia Municipal e todos os ex-Membros das Juntas de Freguesia.-----

Cumprimentava o nosso Comandante do Regimento de Infantaria nº14 de Viseu, os Senhores Comandantes da GNR e da PSP, cumprimentava também a Senhora Juíza Presidente, o Senhor Procurador Coordenador, cumprimentava também a nossa anfitriã Dra. Paula Garcia, a Diretora Geral do CAEV/Teatro Viriato, cumprimentava todas as restantes Autoridades Cíveis, Caros Convidados, Minhas Senhoras e meus Senhores.-----

Começávamos por agradecer ao CAEV/Teatro Viriato a cedência destas instalações e todo o apoio que deram à realização desta Sessão Solene, bem como também ao nosso Regimento de Infantaria de Viseu nº14, também à Confraria de Santo António de Viseu e ao Agrupamento de Escolas Grão Vasco de Viseu pela colaboração que deram às comemorações do 25 de Abril.-----

Esta é uma Assembleia diferente, mas temos que cumprir alguns aspetos regimentais e pedia também a vossa compreensão.-----

Informava que os Deputados Municipais que não puderam comparecer à presente Sessão Extraordinária foram todos substituídos nos termos legais e regimentais, bem como as indicações de substituição comunicadas pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.-----

A decisão de convocar esta assembleia Municipal foi um processo consensual entre todos os Grupos Municipais, bem como a realização da Conferência e o alinhamento da Sessão, atendendo também no fundo às suas características específicas.-----

Assim, intervêm os representantes dos partidos políticos, seguindo-se a conferência por parte da personalidade convidada, e intervenções do Presidente da Câmara e do Presidente da Assembleia Municipal.-----

Assim, dava de imediato a palavra à representante da Coligação Democrática Unitária CDU, Deputada Municipal Filomena Pires.-----

---- **UM – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):**

Muito bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Cumprimento o Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, os Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Dra. Paula Garcia, Digníssimos Convidados, Autoridades Cíveis e Militares, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Celebramos hoje 45 anos de liberdade, 45 anos de uma conquista das mais importantes da nossa história realizada em 1974 pelo povo português. Uma celebração que significativamente ocorre numa casa que é de cultura, mas também de resistência e de luta pela liberdade. Liberdade de criar, liberdade de pensar, liberdade de ser e expressar a identidade e o desejo de mais e melhor humanidade para todos. Liberdade tão cara aos trabalhadores da cultura, aos operários das ideias, das emoções e do imaginário. Mulheres e homens que tantas vezes mostraram e mostram o caminho a percorrer para que nunca mais o obscurantismo e a repressão se instalem no poder. Resistentes, mesmo quando os dias foram negros e o horizonte fazia crer que a liberdade era uma quimera. Trabalhadores que conhecem bem o sabor amargo da precariedade laboral capaz de causar danos impressionantes no exercício da liberdade de pensamento e ação, mas que resistem, como nunca deixaram de o fazer em 48 anos de ditadura.-----

Foi a cultura um importante reduto de luta contra o fascismo, foi a cultura um baluarte que após a revolução teceu malhas que solidificaram abril, deram voz aos anseios reprimidos, foram armas na acutilância das cantigas, das falas do teatro, nas imagens do cinema, nos gestos da dança. Pássaro de fogo é para mim a memória viva da democratização da cultura que a revolução permitiu. Um espetáculo de bailado que para mim foi inusitado e só possível porque os operários do sonho o trouxeram a Viseu naquele que foi um esforço de descentralização cultural inaudito.-----

É ainda a resiliência feita quase teimosia, que permite hoje, usufruir da cultura que se mostra neste palco ou nas ruas da nossa cidade fazendo tudo pela mudança sonhada e nem sempre concretizada. Um teatro municipal não pode, em circunstância alguma, mesmo quando lhe negam autonomia e lhe reduzem os meios financeiros, abandonar este papel. Como não pode nenhum agente cultural aceitar que regresse o salazarento lápis azul, qualquer que seja o formato que assuma.-----

Temos hoje liberdade de “falar sem um nó na garganta”, de “correr sem que seja a fugir”. Muitos foram os homens e mulheres que lutaram para que assim seja e que hoje homenageamos. Abril é um tempo que todos os dias se conquista no exercício da liberdade de expressão, de reunião, de manifestação, liberdade religiosa, liberdade sindical e na tolerância pelo outro. Concretiza-se no direito à saúde, à educação, à cultura, ao trabalho, à greve, à habitação, à reforma, à justiça e na igualdade de direitos.-----

Porque o fascismo existiu e não morreu, é preciso não esquecer a barbárie estrutural à sua essência, a desumanidade, a desumanidade que atingiu de forma peculiar as mulheres que a ele se opuseram, numa tortura de género com traços de crueldade inauditos. Histórias vividas no feminino, que também por isso, são pouco conhecidas e importa divulgar. Factos históricos a não esquecer pela importância que assumem no presente e na construção do futuro. Factos que não constam nos registos processuais da PIDE, pérfidias táticas de tortura utilizadas nos interrogatórios por ela realizados e que só pela voz das vítimas podemos conhecer. Conceição Matos, natural de S. Pedro do Sul, é exemplo disso. Presa por mais que uma vez, espancada, sovada durante vários dias, despojada das suas roupas, obrigada a urinar e defecar numa sala de interrogatório sofreu das piores

humilhações que podem ser impostas a mulheres, por serem mulheres. O seu testemunho, como outros, recolhido por Susana de Sousa Dias no filme designado 48, prova mais uma vez que a cultura pode ter um importante papel na defesa da liberdade. 45 anos depois da revolução dos cravos, os grandes valores de abril criaram raízes na sociedade portuguesa e projetam-se como realidades, necessidades objetivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal. Por isso comemoramos abril lutando por uma democracia cultural baseada no efetivo acesso das massas populares à criação e fruição da cultura; lutando pela efetivação da igualdade na vida das mulheres e dos homens; lutando por uma democracia de justiça social baseada na efetiva garantia dos direitos dos trabalhadores, à justa remuneração, dignas condições de vida e de trabalho, reclamando a valorização dos serviços públicos e das funções sociais do estado, particularmente na educação e na saúde, e por um sistema de segurança social público e universal, consagrados na Constituição da República.-----

Porque Abril nos deu a liberdade, o fim da guerra colonial e a afirmação da soberania e independência nacionais, do direito inalienável do povo português a decidir do seu destino, comemoramos Abril afirmando esse direito e lutando pela paz e amizade entre os povos, por uma europa de progresso, de cooperação entre povos e países soberanos e iguais em direitos, contra o obscurantismo e o populismo e os seus objetivos antidemocráticos, e sempre, sempre pelo progresso social.-----

Os valores de abril não só continuam a refletir os interesses da larga maioria dos trabalhadores e do povo como exprimindo esses interesses têm capacidade para guiar o caminho da luta de hoje projetando-se e na construção do futuro de Portugal.-----

Os viseenses podem contar com a CDU nessa luta que é de todos. Andar para trás nunca mais, avançar é preciso!-----

25 de Abril Sempre!-----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a representante do Bloco de Esquerda, Deputada Catarina Vieira.-----

---- **DOIS – A SENHORA DEPUTADA CATARINA ALEXANDRA VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Bom dia a todas e a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Ilustres Convidados e Convidadas Cíveis e Militares, Capitães de Abril, Público presente, e Funcionários em exercício, Camaradas.-----

Uma saudação especial à Diretora do Teatro Viriato, Paula Garcia, por fazer deste espaço de cultura uma casa para tantos e tantas de nós. A Cultura, a(s) arte(s) são também instrumentos de democracia e liberdade. Por isso, “acredito na cultura e na educação pela arte”.-----

Eu era uma recém-nascida há 45 anos. Sou filha do 25 de Abril. Chamo-me Catarina para que nunca se esqueça a vida, a luta e a morte da Catarina Eufémia. Para que nunca se esqueçam milhões de vidas, tantas lutas, demasiadas mortes. Cresci, formei-me enquanto mulher e enquanto cidadã, dentro dos ideais de Abril. Pertencço a associações de defesa do ambiente e dos direitos humanos, à associação de pais e mães, e sou delegada sindical. Sou dirigente de um partido e deputada municipal. A nível profissional, sou professora na escola pública. Até a nível académico, a minha tese foi sobre a Utopia. E as utopias permanecem e renovam-se nas novas gerações. Este é o tempo dos netos e das netas de Abril.-----

Agora, jovens em todo o mundo exigem mudança e unem-se contra os constrangimentos europeus, que, ao asfixiarem a economia e o Estado Social, têm criado desemprego, exclusão social, têm tornado os países mais fracos e têm levado ao crescimento das políticas do medo, do ódio e da xenofobia. Esquece-se a História, erguem-se muros com a falência das respostas do neoliberalismo à crise económica, política e social, e é o

obscurantismo da extrema-direita que ganha. Inaceitável!-----
Falta cumprir a Europa. Falta libertar a União Europeia da CEE. Porque a Europa submeteu a democracia aos mercados financeiros, porque perdeu contacto com os direitos sociais e económicos dos povos, porque espalhou pobreza e desemprego, porque quis rasgar a nossa Constituição, porque entregou ou privatizou o que era da nossa soberania e, portanto, da nossa liberdade. A alternativa é a audácia de quem não se resigna, de quem questiona, de quem não tem medo.-----

Agora, as e os jovens do nosso país juntam-se a movimentos internacionalistas de trabalhadores e trabalhadoras, anti-racistas, feministas, ambientalistas.-----

Em Maio de 2018 o projecto “Já Marchavas” levou mais de mil pessoas a marchar na 1.^a Marcha pelos Direitos LGBTI+ em Viseu. Foi um movimento extraordinário que trouxe para as ruas da nossa cidade a discussão aberta e clara sobre diversas orientações sexuais, características sexuais, identidades e expressões de género. Em Outubro, em Viseu, como no resto do país e por todo o mundo, tivemos o “Encontro Pela Democracia, contra o Ódio no Brasil” uma vez que Bolsonaro (na altura candidato às eleições no Brasil) se caracteriza pelo ódio contra as mulheres, homossexuais, negros, índios, sindicalistas, líderes sociais, indígenas e comunitários, que ele ameaçou e que, como aconteceu com Marielle Franco e as muitas dezenas de activistas pelos direitos laborais, cívicos e sociais, foram assassinados. A propósito permitam-me um parentese, para perguntar como é possível que um fórum jurídico que pretende discutir em Portugal o “Estado democrático de Direito e o Combate à Criminalidade organizada e à Corrupção” convide para a sua conferência de abertura Sérgio Moro, ex-juí e militante anti-Dilma e actual ministro de Bolsonaro que, enquanto senador, dedicou o seu voto a favor do impeachment de Dilma ao militar que a torturou, e agora, como presidente do maior país da América Latina, fez questão de comemorar o golpe militar que mergulhou o Brasil irmão numa ditadura feroz durante mais de vinte anos, com cerca de 500 mil assassinados e desaparecidos e milhares de presos políticos torturados com choques eléctricos, queimaduras com ácido e afogamento? Tantas brasileiras e brasileiros nossos irmãos, como Chico Buarque, que nos pediram, depois de Abril, um cheirinho a “alecrim”, e agora nós pedimos aos defensores dos seus algozes para nos mandarem um cheirinho a pólvora? -----

Retomando o recordar das lutas transversais pela emancipação de todas e todos, a 8 de Março teve lugar a maior manifestação do dia da Mulher alguma vez realizada em Portugal, agregando-se à greve feminista internacional. Uma greve social, mas também laboral. Infelizmente, para esta grande mobilização contribuíram os chocantes homicídios de mulheres ocorridos nas primeiras semanas deste ano, bem como a divulgação de decisões judiciais que protegem agressores e culpabilizam as vítimas de crimes de violência doméstica e violência de género. Muitas mulheres, jovens, e também homens, se juntaram na rua para dizer que não aceitam mais a violência contra as mulheres e contra sentenças que, como as de Neto Moura, entre muitas outras, se sustentam numa fundamentação que ofende os direitos humanos e princípios constitucionais como a não discriminação.-----

A 15 de março teve lugar a primeira greve pelo clima. Tudo começou quando Greta Thunberg, ativista sueca de 16 anos, decidiu, em agosto de 2018, fazer greve às aulas em frente ao parlamento sueco, segurando o famoso cartaz “Greve à Escola pelo Clima.” O seu objetivo era chamar a atenção dos políticos e políticas suecas para a resolução séria e eficaz da crise climática. Chamou a atenção do mundo!-----

Estudantes portugueses juntaram-se ao movimento internacional de exigência de ação para travar as alterações climáticas e realizaram uma das maiores manifestações estudantis dos últimos anos em Portugal. O repto é claro: é necessária ação já para salvar o planeta e as nossas vidas. O futuro é agora. No dia 24 de maio terá lugar uma nova greve climática estudantil, que reclama o encerramento das centrais a carvão e o fim de todas as concessões para prospeção e exploração de gás e petróleo. O Bloco está solidário com as e os estudantes e as suas reivindicações, que têm sido parte integrante das nossas propostas.

Afinal, se o ambiente fosse um banco já estaria salvo!-----

O atual sistema económico assente em combustíveis fósseis, em bens não duráveis e num sistema de produção orientado exclusivamente para a acumulação de capital é incompatível com a sustentabilidade ambiental. A resposta às necessidades sociais deve ser dada por modos de produção sustentáveis.-----

Em Portugal, os efeitos do aquecimento global são visíveis, em particular nos incêndios florestais, na erosão costeira e na maior frequência de fenómenos climáticos extremos. Em breve, se nada for feito, as alterações climáticas atingirão um ponto de não retorno com efeitos devastadores para a natureza e para a humanidade.-----

É tempo de governar para o futuro, com verdadeiras políticas sustentáveis. É hora de todas e todos nós, jovens e menos jovens, lutarmos contra aqueles que pretendem continuar a destruir os nossos recursos naturais, do nosso planeta, mas também do município.-----

Comemoramos Abril. Prestamos tributo a quem se envolveu na luta contra o fascismo e a ditadura. Agradecemos a quem se empenhou na defesa da democracia social e laboral e na implementação do Estado social. Vencemos o fascismo em Portugal, mas hoje, passados 45 anos, vemos o fascismo, de forma declarada ou encapotada, a alastrar à nossa volta, no Mundo e em particular na Europa, nesta Europa para onde vamos eleger deputados para um Parlamento onde o Partido Popular Europeu (que inclui o PSD e o CDS) se viu na necessidade de suspender a participação do partido no poder na Hungria por atentados ao Estado de Direito, e onde o grupo do Partido Socialista Europeu ainda não teve coragem de fazer o mesmo com o partido no poder na Roménia, que também põe em causa o Estado de Direito com a reforma judicial em curso. Dois dos governos europeus que fazem dos imigrantes o bode expiatório da sua incompetência. E se a Hungria e a Roménia estão um pouco longe de nós, como podemos não nos inquietar com um regime aqui ao nosso lado que permite a existência de presos políticos, que institui a censura e a chamada “lei da mordaza”, obrigando músicos e atores a fugir do país e chegando ao ponto de proibir os jornalistas de falarem e escreverem expressões como “presos políticos” e “exilados”? Na Constituição da República Portuguesa está consagrado o direito dos povos à autodeterminação. Mas aqui ao nosso lado, em Espanha, onde a direita do PP e do Ciudadanos estendeu a mão à extrema-direita falangista e fascista da Vox, esse direito é negado aos povos irmãos da Catalunha, do País Basco e da Galiza. Comemorar Abril é também manifestarmos a nossa solidariedade com os povos do todo o mundo que lutam pela sua liberdade e independência, como ontem fizemos com o povo de Timor Leste. Comemoramos Abril com o combate ao medo e com esperança. Comemoramos Abril com os netos e as netas de Abril.-----

Comemoramos Abril com todas as pessoas, porque, e reiteramos o nosso propósito máximo, não deixamos ninguém para trás!-----

VIVA O 25 DE ABRIL!-----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o representante do Centro Democrático Social (CDS), Deputado Francisco Mendes da Silva.-----

---- TRÊS – O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhores Membros da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssima Senhora Diretora do Teatro Viriato, a quem agradeço especialmente a hospitalidade com que nos recebe, Excelentíssimos Senhores Convidados, Membros da Comunicação Social e do Público em geral.-----

O que aqui nos reúne é um ritual. Uma rotina, é certo. Uma rotina anual, protocolar, simbólica, que a cada ano nos afasta temporalmente mais da data que celebramos. E que

por isso, para que lhe demos um significado e um propósito atuais, nos exige, em todos esses anos que passam, um esforço e um ânimo redobrados, para encontramos novas formas de dela nos irmos cada vez mais aproximando de novo. Emocionalmente, intelectualmente, politicamente.-----

Para isso é preciso aprendermos, todos estes anos, novas formas de dizer o óbvio. Porque muito do que aqui somos chamados a dizer é, precisamente, o óbvio.-----

Acontece, porém, que saber dizer o óbvio é sempre indispensável.-----

Como dizia George Orwell – esse irreduzível inimigo de todos os autoritarismos, esse insuperável vidente dos perigos por vir –, “*ver aquilo que está à frente do nosso nariz exige uma luta constante*”.-----

Assim é porque naquilo que é o óbvio está, muitas vezes, devidamente depurado, aquilo que é o essencial. E o essencial, aqui e agora, é isto: o que hoje celebramos é a deposição de uma ditadura.-----

Podemos gostar mais ou menos da turbulência e das convulsões que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, mas esse dia permitiu que Portugal tivesse um regime democrático assente nos princípios das liberdades cívicas, políticas e económicas.-----

Não foi, como é óbvio, coisa pouca.-----

Por isso, essa luta constante exige de nós uma vigilância permanente sobre as condições em que a democracia e as liberdades são exercidas.-----

Nesta ocasião – dando conta aliás, do apreço pela convidada de honra da sessão e aproveitando a sua presença como pretexto –, escolho deixar uma reflexão, uma pequena reflexão, sobre esse pilar fundamental do regime que é o sistema de Justiça.-----

Existe uma certa ideia de que, na transição de um regime autoritário para um regime democrático, o último poder a adaptar-se à nova realidade é sempre o sistema de Justiça.--

Que é aquele em que a opacidade do poder, a sobrevivência das oligarquias e a imunidade dos políticos se mantêm até mais tarde.-----

Não sei se isto é verdade, não sei se isto é uma regra cientificamente verificada ou simplesmente como provavelmente é mais correto, a ideia-feita de uma ciência política mais rudimentar, mais popular e mais folclórica. Sei que há exemplos contrários – em que muitos juizes, procuradores ou advogados foram a brecha dos regimes por onde, apesar de tudo, foi entrando a luz do futuro.-----

Mas também sinto que há, historicamente, a perceção de que, no que toca aos mais poderosos, a Justiça é como que o carro-vassoura da democracia: é aquela que percorre o caminho em último lugar, verificando se ele já está seguro, como se, caso acompanhasse a velocidade dos outros, houvesse o risco de todos se despistarem – e de se verem obrigados a regressar à casa de partida.-----

No fundo, como se fosse necessário os regimes democráticos atingirem um certo ponto de maturidade e autoconfiança, um certo ponto de não-retorno, para que a Justiça pudesse começar a revelar os podres dos poderosos, sem perigo de os de baixo se revoltarem contra a própria democracia.-----

Como disse, não sei se assim é. Sei, todavia uma coisa, que, se assim for, então podemos dizer que, nos últimos anos, Portugal completou por fim o seu caminho para a democracia. Porque foi nos últimos anos, *grosso modo* na última década, que foi possível nascer a perceção, em módicos pelo menos minimamente aceitáveis, de que em Portugal ninguém vive num mundo à parte, acima, por baixo ou ao lado da lei.-----

Sem essa perceção, o espírito da igualdade do 25 de Abril não seria inteiro.-----

É verdade que, nessa matéria, Portugal foi recentemente assaltado pelos fortíssimos indícios de que, a dado momento, o Governo de Portugal terá albergado ou sofrido a influência da mais perigosa e sofisticada criminalidade económica. Que uma clique de políticos, empresários e gestores corruptos terá capturado o interesse público em seu exclusivo favor, a partir da cúpula do governo e das maiores empresas do país.-----

Mas a verdade é que só o soubemos porque a Justiça funcionou. E se aquilo que

aparentemente terá sido revelado é um choque, capaz em abstrato de abalar a confiança na democracia, o funcionamento da Justiça é um bálsamo, que reconstitui e reafirma o regime e a confiança que nele podemos ter.-----

Nada disto quer dizer obviamente que devemos confiar cegamente na Justiça. É preciso saber syndicar e criticá-la, publicamente, nos seus erros, porque o sistema de Justiça não pode nem está isento das críticas. Mas também é preciso saber destrinçar entre a crítica oportuna à Justiça e o empolamento oportunista dos seus erros, na tentativa tantas vezes da sua deslegitimação, para poupar ou absolver os investigados.-----

O que devemos fazer, lá está, é tentar ver sempre o óbvio e o essencial, para lá da propaganda e do fanatismo.-----

É preciso estar-se atento aos atropelos do direito, da democracia e da decência, e perceber até que ponto eles comprometem as investigações e os julgamentos.-----

Mas sempre com uma bússola: saber que uma coisa é a denúncia dos atropelos e que outra, totalmente diferente, é a desvalorização da luta contra a corrupção e a alta criminalidade.-----

Senhor Presidente, caras amigas e caros amigos,-----

A luta contra a apropriação ilegítima do bem comum por parte de uns quantos, que se aproveitam das suas posições de poder em benefício próprio, é a primeira luta de um sistema de Justiça em democracia.-----

Porque a corrupção moral, económica e política é o inimigo mais perigoso da própria democracia.-----

É um inimigo interno, silencioso e dissimulado, de cujo verdadeiro poder só nos apercebemos quando já é tarde demais, quando ele já corroe as bases da nossa confiança nos princípios dos sistemas políticos moderados.-----

Temos por esse mundo fora exemplos de países que se dizem democráticos mas em que a democracia parece apenas uma formalidade, um verbo-de-encher. Países em que a corrupção é um problema antigo, endémico e transversal. Uma instituição do regime. Uma instituição acima dos regimes. Um regime em si mesmo. Países em que a corrupção é um código administrativo, um princípio legislativo, uma constituição material.-----

Esses países são sempre um teatro de personagens ambíguas, que não nos permitem ver com nitidez o bem e o mal. Políticos que dizem que roubam mas fazem, jornalistas que só contam metade da verdade, procuradores que se acham ungidos, juizes que se acham heróis, militares em pulgas, fartos do ócio da caserna. Por todo o lado há leopardos em fuga para a uma nova paisagem, à espera que a confusão os amnistie.-----

Nesses países o combate à corrupção é um caminho longo, tortuoso e armadilhado. Envolve meter a mão num vespeiro de poderosos e acabar com privilégios e modos de vida ancestrais. É sempre uma transição de regime, uma revolução, que nunca se faz com serenidade cívica e normalidade institucional.-----

É por isso que, não se podendo dizer, longe disso, que Portugal tem um grave problema de corrupção, endémico e transversal, não podemos baixar a guarda e ser menos atentos e escrupulosos na defesa da transparência e sujeição ao bem comum de todos os poderes formais e fáticos do nosso país.-----

Senhor Presidente, caras amigas e caros amigos,-----

Para que os nossos votos de confiança na Justiça não se transformarem em profissões de fé ocas, insustentadas e excessivamente crédulas, temos também de reconhecer os alçapões que hoje se apresentam ao funcionamento da investigação e dos tribunais.-----

Há, naturalmente, as dificuldades operacionais, por causa das limitações de meios típicas de um país como o nosso, na cauda económica da Europa.-----

Mas os perigos a que desejo referir-me são mais graves e mais estruturais, porque têm a ver com o ambiente em que hoje a própria democracia é vivida – e que, temo bem, poderá acabar por contaminar e causar uma grande tensão nos sistemas legais e judiciários.-----

Vivemos num tempo em que a diversidade de plataformas proporciona a todos nós o acesso imediato à informação e a capacidade de comunicarmos em massa, sem qualquer intermediação e sem qualquer outra fonte de legitimidade que não a da nossa própria liberdade.-----

Essa liberdade é um bem em si mesmo. Esta possibilidade de cada um de nós se exprimir em público, exercitando o seu livre-arbítrio e desenvolvendo a sua personalidade, é intrínseca à democracia. A democracia depende dessa cacofonia de opiniões, vozes e matizes. Em princípio, a democracia é tão mais perfeita quanto maior for o número de opiniões sujeitas ao seu processo dialético.-----

Mas a beleza deste novo espírito democrático contemporâneo tem revelado um reverso da medalha preocupante, a espaços mesmo sinistro, que é até contraditório com a própria ideia de que, quanto maior for a liberdade, maior será a diversidade de opiniões.-----

Em qualquer questão sujeita ao debate público, o que vemos muitas vezes é o surgimento de essencialmente duas correntes de opinião entrincheiradas, sem possibilidade de *nuances*, temperamento ou meios-termos, colocadas em extremos inconciliáveis.-----

A tecnologia permitiu uma grande sofisticação da opinião pública, é certo, mas esta opinião pública, parece também cada vez mais imediatista, tremendista e implacável nos seus juízos.-----

Nas questões da Justiça, vemos muitas vezes a sociedade contemporânea a ser levada numa deriva populista, punitiva, que desvaloriza as ideias de proporcionalidade, humanismo, ressocialização e presunção de inocência.-----

E isso é fruto, também, de uma opinião pública precipitada, de indignação fácil, largamente ignorante nos temas que se tratam nos tribunais, que zomba dos especialistas e do seu jargão, como se fosse o idioma de uma civilização morta, e despreza o processo e os seus princípios, porque desconhece a sua racionalidade e os seus fundamentos.-----

E aqui está, a meu ver, o grande desafio da Justiça nos tempos que correm, e também o maior desafio dos democratas que a querem em sintonia quer com as exigências dos cidadãos quer com os princípios democráticos e liberais.-----

Como conciliar os alicerces morais fundamentais do sistema de Justiça, que são alicerces morais da democracia e da liberdade que Abril nos deu, com esta opinião pública, que não pode ser ignorada – sob pena de uma quebra de legitimidade fatal do próprio sistema?-----

Como assegurar que a Justiça, que tem de ser administrada em nome do povo, não é subvertida pelos apetites vorazes e impiedosos do próprio povo?-----

Não trago comigo a resposta para esta questão. Mas ofereço este início de conversa, que apesar de tudo tem algo de consolador:-----

Nada disto é inteiramente novo; e se nada disto é inteiramente novo, não tem de ser assustador e perplexizante.-----

Do que se trata afinal, é tão só da questão de sempre da democracia, em que os políticos têm de ser ao mesmo tempo líderes e representantes, em que simultaneamente têm de apontar um caminho e reconhecer o caminho que a maioria pretende seguir.-----

É um trabalho difícil? É. Mas não é para outra coisa que aqui estamos.-----

Viva a liberdade, viva a democracia, viva Viseu, viva – hoje e sempre – Portugal.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o representante do Partido Socialista Deputado Carlos Portugal.-----

----- **QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimos Senhora e Senhor Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Capitães de Abril e demais intervenientes aqui presentes.-----

Ilustre Dra. Joana Marques Vidal na qualidade de palestrante convidada que desde já agradeço e felicito em meu nome e da bancada do Partido Socialista, a sua disponibilidade para nos presentear toda a sua mestria num tema sempre atual e oportuno no dia que hoje aqui celebramos.-----

Excelentíssimos demais convidados, Autoridades, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

O 25 de Abril é para nós um motivo de orgulho! Temos orgulho no que fomos capazes de erguer desde então.-----

Muitos dirão, mas muita coisa está mal ou correu menos bem, sim sem dúvida, mas a esmagadora maioria da nossa democracia seguiu aquilo que de positivo nos deixou a Revolução dos Capitães de Abril.-----

É possível mudar para melhor e de forma sustentável a nossa vida coletiva.-----

Pertenço a uma geração que cresceu e amadureceu cívica e politicamente já depois de 74. Contudo, conheci os efeitos negativos da guerra colonial, da censura e do medo. Era em 74 demasiado novo para que o 25 de Abril pudesse ter sido o dia mais feliz da minha existência, mas tenho plena consciência que foi a ocorrência desse dia que tornou possível tantos dias felizes na minha vida.-----

Mas sei, e todos nesta sala também o sabem, que:-----

Há 45 anos era impossível estarmos reunidos tal como hoje aqui estamos, com as nossas diferenças, mas com respeito mútuo por essas mesmas diferenças.-----

Há 45 anos tínhamos um regime ditatorial - os poderes concentrados num só homem, o voto reduzido a uma farsa, a justiça cometida a uma comédia, a segurança traduzida em terror, as pessoas envolvidas num pântano de pobreza e submissão, enfim um Portugal belicista e solitário.-----

Viver em democracia, cumprir Abril e a Constituição da República Portuguesa será sempre um processo inacabado.-----

Melhorar a democracia passa por proporcionar às pessoas condições de vida condignas, passa por dar às crianças e aos jovens perspectivas de futuro no seu país, passa por estarmos atentos aos problemas dos mais velhos, passa por garantir justiça social, acesso à educação e a cuidados de saúde de qualidade, passa por termos um sistema judicial cuja credibilidade é essencial a um estado de direito, passa por termos um sistema de segurança eficaz, para todas as pessoas.-----

O Serviço Nacional de Saúde, uma conquista de Abril, será a área e setor que de uma forma mais significativa se transformou num vetor muito importante em termos de equidade e solidariedade em Portugal. É notório que os indicadores de saúde são manifestamente relevantes ao nível do desenvolvimento de um atraso anterior ao 25 de Abril, que nos colocava na cauda dos países europeus, e no qual prevalecia um acesso aos cuidados de saúde diferenciado e dependente da capacidade económica de cada um.-----

É ilustrativo o facto de a esperança média de vida ser de 68 anos em 1974 e de 81,6 anos em 2017, assim como a taxa de mortalidade infantil no primeiro ano de vida em 1974 se situava nos 52 óbitos por 1000 e em 2017 em 2,7 óbitos.-----

Atualmente, Portugal conta com um dos melhores SNS, embora novos desafios e novas realidades sejam determinantes para que neste setor, como em outros, se possam desenvolver e implementar as melhores opções em termos de serviços públicos à população.-----

Atualmente o SNS cresceu com as Unidades de Saúde Familiar, com a rede de cuidados continuados e paliativos e, mais recentemente, com os serviços de internamento no domicílio. Contudo, a prevenção e a literacia em saúde são ainda um desafio e uma determinação das políticas, dos políticos, dos profissionais de saúde e da sociedade em geral, como forma de possibilitar a adoção de comportamentos que só por si traduzam ganhos em saúde.-----

A missão está longe de estar cumprida, os desafios são múltiplos e complexos. É por isto

que temos de continuar a lutar. O flagelo da violência doméstica persiste enraizado na sociedade portuguesa. Temos de ser intolerantes a este crime hediondo que tem por base a desigualdade de género, a assimetria de poderes entre mulheres e homens. Qualquer tipo de discriminação – de género, étnico-racial, orientação sexual ou em razão da idade é incompreensível em pleno ano de 2019. Cabe-nos garantir a prevenção e combate a estas problemáticas e garantir que a educação, a escola, ensine e concretize junto das novas gerações os direitos humanos. A unidade curricular de Cidadania e Desenvolvimento, disponível em todas as instituições de ensino, está, finalmente, a fazê-lo.-----

Só abraçando a bandeira dos Direitos Humanos é que será possível viver num Portugal sustentável, igualitário, ambientalista e com assento presente na União Europeia, isto é, responsivo aos demais desafios da atualidade. O nosso compromisso no acolhimento e integração das pessoas migrantes/refugiadas, que sem certeza do amanhã partiram sem hesitar, é um exemplo do humanismo e do compromisso do nosso país com o futuro e com as pessoas.-----

Quando comemoramos a democracia não podemos deixar de salientar o papel do poder local enquanto escola de cidadania e participação, de proximidade, no exercício da democracia e do poder político democrático. Aqui os eleitos, os autarcas, desempenham um papel decisivo para o reconhecimento e identificação de cada um, com o exercício da cidadania, da liberdade e da participação, estando próximos das suas populações, ouvindo os seus anseios, necessidades e procurando, a cada dia, responder a cada um sem perder de vista, o interesse público da sua ação política.-----

Por isso, caros e caras viseenses, quero garantir-vos que hoje, como ontem, estamos aqui para cumprir Abril! Que tudo faremos para defender os interesses e o bem-estar das pessoas.-----

Viva Portugal!-----

Viva o 25 de Abril!-----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o representante do Partido Social Democrata Deputado Pedro Alves.-----

---- **CINCO – A SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhora Dr^a Joana Marques Vidal ilustre convidada, Senhora Presidente do Tribunal da Comarca de Viseu, Senhor Procurador Adjunto da Procuradoria da República da Comarca de Viseu, Excelência Reverendíssima D. António Luciano Bispo de Viseu, Senhor Eurodeputado, Senhor Comandante do Regimento de Infantaria de Viseu, Senhor Comandante da PSP, Senhor Comandante da GNR, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Capitães de Abril. Senhora Diretora do Teatro Viriato, Antigos Autarcas, ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Passaram 45 anos de um dos mais extraordinários episódios da nossa história. A madrugada esperada, o dia inicial inteiro e limpo de Sofia. Tenho 46 anos, não esperei essa madrugada. Não vivi o dia inicial em 1974 e não guardo dele qualquer memória viva. Esta condição não me faz indiferente aos relatos, aos factos, e à importância e significado do momento, aliás, todos os dias vivo um dia inteiro e limpo, porque sou hoje um homem livre, um homem livre que esforçadamente procura estar à altura do movimento pluralista e libertador da pessoa e da sociedade portuguesa que em 25 de Abril de 1974 não se limitou a virar uma página na nossa história. Foi um movimento forte, decisivo e liderante na construção de um novo modelo de sociedade livre e de um novo regime político e democrático. Quero assim, não fazer apenas um reconhecimento público a todos os intervenientes, mas prestar sobretudo a minha homenagem em nome do PSD a todos os homens e mulheres que fizeram este movimento, começando por saudar e destacar a instituição militar aqui presente, e todos os militares que há época assumiram o risco da

revolta com coragem e determinação de verdadeiros Heróis da Pátria. Sem uma intervenção militar patriótica e despartidarizada não teríamos feito este caminho de 45 anos de Democracia e Liberdade.-----

Celebrar Abril é portanto, um imperativo geracional, é uma conquista de todos que não se esgota no tempo em 1974 nem na conquista da Democracia. Celebrar Abril, é lembrar a cada geração a exigência da responsabilidade dessa conquista. Lembrar que ser Livre é ser exigente na luta contra as desigualdades. Lembrar que há sempre uma esperança num futuro melhor, que cabe a cada um de nós independentemente de as circunstâncias fazer acontecer. O 25 de Abril revestiu-se de inúmeros significados ao longo destes 45 anos. Do sonho à realidade, da utopia à responsabilidade, o 25 de Abril é uma espécie de metamorfose que se foi ajustando a cada período da consolidação democrática. Cada geração interpretou o 25 de Abril à medida das suas aspirações e expectativas, sempre com muitos avanços e recuos. Foram anos de grande transformação e mudança acelerados por uma integração europeia cada vez mais preponderante nas nossas vidas. Cometeram-se muitos erros em virtude de teimosias filosóficas e fundamentalismos ideológicos, a utopia do sonho sem responsabilidade, ou por vezes também a irresponsabilidade e a megalomania colocaram o país e os portugueses em condições de extrema dificuldade como foi o caso da última intervenção externa de má memória para todos nós. Mesmo com todos os defeitos e erros, em democracia o povo sempre escolheu livremente e em alternância os seus governantes e representantes através de sufrágio universal. A olhar para esta sala, há mais uma conquista de Abril que se evidencia, a igualdade de direitos políticos das mulheres com os homens, seja no direito ao voto, seja no exercício de funções políticas. Neste particular, não menosprezando todas as mulheres presentes nesta sala, Presidentes de Junta de Freguesia, Membros da Assembleia Municipal, Vereadoras, é para todos nós aqui reunidos um privilégio partilhar esta educação da Liberdade com uma mulher de singular humildade discrição e competência, que embora não tenha exercido funções políticas inspirou confiança aos portugueses no exercício independente da função de Procuradora Geral da República. Os portugueses através da sua ação voltaram a acreditar numa justiça igual para todos, provavelmente se hoje não continua em funções terá faltado coragem, mas não desculpas a alguém para a reconduzir num novo mandato à frente do Ministério Público. Porém, Dra. Joana Marques Vidal, como português quero também nesta ocasião manifestar o meu reconhecimento público pela forma exemplar e desprendida como exerceu a função de Procuradora Geral da República, e como se diz aqui na Beira, bem-haja Doutora.-----

Senhor Presidente, -----
Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

Passado todo este tempo, com todas estas vicissitudes, Abril confronta-se agora com novos desafios e muitos perigos. As novas gerações não podem por isso, ter como adquirido um conjunto de valores e circunstâncias que até agora eram social e amplamente adquiridos. Hoje, os riscos de outrora enraizados em fundamentalismo ideológico e teimosia filosófica estão de regresso através do populismo radical estridente, e são a ameaça maior à nossa Liberdade e Democracia. Esta nova roupagem de velhos perigos assinala que o muito que já foi feito não é suficiente. Muito está por realizar, é urgente por isso refletir a missão e a dimensão, do Estado que temos, o Estado que queremos e o Estado que podemos ter. Acreditamos que lhe devem ser reservadas funções de soberania e funções de regulação e fiscalização, em especial quando há que garantir serviços públicos, e quando os mercados falham. Nas funções Sociais, sobretudo na Saúde e na Educação, nos últimos 4 anos o Estado não tem garantido serviços de excelência por falta de investimento público. Infelizmente maus exemplos destes não faltam na nossa região. Seja com a questão das Urgências, o Centro Oncológico, o aumento da dívida a fornecedores, falta de recursos humanos, aumento do tempo de espera em cirurgia e em consultas da especialidade. É urgente reverter este rumo, se nada for feito nesse sentido, uma das maiores conquistas de

Abril estará colocada em risco. O quadro que hoje conhecemos de liberdade de opção do cidadão no âmbito do Sistema Nacional de Saúde está posto em causa por questões ideológicas. A Lei de Bases da Saúde que está na forja da esquerda parlamentar está enferma de resquícios de nacionalização quando o mais importante é que ninguém deixe de aceder aos cuidados de saúde por razões económicas ou por falta de oferta do Estado.--- Este não é o Abril da nossa luta, esta não é certamente a madrugada de Sofia.-----

Acreditamos que o Municipalismo através da Descentralização pode ser um mecanismo gerador de equilíbrio num país cheio de assimetrias, não se pode é chantagear e dizer aos Municípios que façam sem recursos financeiros o que a Administração Central não conseguiu fazer com o dinheiro dos nossos impostos. É preciso ir mais longe, descentralizar é certamente um desafio de Abril, mas reformar o Estado é um imperativo do futuro e das novas gerações. É preciso aproximar políticos dos eleitores, revitalizar o Poder Local, dar prestígio às instituições, reformar o Parlamento e os partidos, mas sobretudo devolver também o prestígio à política e aos políticos, para não ficarmos expostos ao radicalismo que cresce em toda a Europa. Durante muitos anos viveu-se a ilusão de que para se cumprir Abril, havia uma alternativa parlamentar por experimentar, uma alternativa que se arrogava senhora dos valores de Abril como se Abril tivesse dono e não fosse em si mesmo Livre. Por muitas desculpas que evoquem, passados 4 anos de experimentalismo as desigualdades do país não só permanecem como se acentuam e são cada vez mais evidentes. A sociedade está mais fragmentada, os direitos dos trabalhadores são hoje diferentes para funcionários públicos e para os do privado. As reivindicações das promessas e as greves dos funcionários públicos são tratadas como caprichos e a conflitualidade social é fruto de reivindicação de melhores condições de vida mas isso apenas só se conhece nas palavras. Abril fez-se para as pessoas. As assimetrias regionais são cada vez mais claras e as opções políticas não se fazem em função das necessidades mas do calendário eleitoral. Passados 45 anos de Abril, não pode um português de Lisboa receber o dobro do Porto e três vezes mais do que um português do interior do país em matéria dos transportes. Abril é ser exigente na luta contra a desigualdade. Passados 45 anos de Abril, não é aceitável que habilidosamente se adie a construção de uma autoestrada por um mero fundamentalismo ideológico. A qualidade de vida das pessoas e a competitividade dos territórios não se compadece com preconceitos. Abril fez-se de causas, não de ideologias. O Homem é a nossa medida, a nossa regra absoluta, o nosso início e a nossa meta. Sem respeito por ele, não há nem pode haver democracia verdadeira. Estas sábias palavras foram proferidas por Francisco Sá Carneiro num comício aqui em Viseu no dia 21 de dezembro de 1974. Infelizmente continuam atuais, e são um alerta para os tempos que vivemos. Palavras tão atuais como mobilizadoras para as novas gerações. Novas gerações que dão como adquirido que somos uma democracia europeia totalmente integrados. E, será que somos? Será que estamos a fazer o necessário para convergir? Em que Europa é que nos encontramos? Um jovem que percorra livremente os países da União Europeia facilmente percebe que estamos a divergir. As oportunidades não são iguais. A cada ano que passa estamos a ser ultrapassados por países menos competitivos e mais pequenos do que nós. Não podemos continuar a perder mais tempo e oportunidades. Abril também é Europa. A integração europeia é das maiores conquistas de Abril e cabe às novas gerações lutar por ela. Os riscos e os desafios de Abril de hoje, não são menores do que os de há 45 anos. Temos que continuar a honrar Abril. Agora na Europa sem receio de arriscar, sem nos deixarmos encantar pelos amanhã que cantam, que tão desafinados estiveram nestes últimos 4 anos. Temos que firmar os pés e avançar rumo a um futuro que desejamos próspero, universal e humanista.-----

E eu sei que todos nós somos capazes e vamos ser capazes.-----

Viva a Liberdade!-----

Viva o 25 de Abril!-----

Viva Viseu!-----

Viva Portugal.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** De seguida vamos ter uma conferência subordinada ao tema “Justiça e Democracia“ para o qual a Assembleia Municipal endereçou o convite a uma personalidade de referência que realizou uma parte do seu percurso escolar no antigo Liceu Nacional de Viseu.-----

Vou apresentar algumas breves notas curriculares da nossa convidada, já que seria difícil a apresentação de tão vasto e rico curriculum.-----

A Senhora Dra. Maria Joana Raposo Marques Vidal, uma distinta Magistrada do Ministério Público, é Procuradora Geral Adjunta desde junho de 2004. Desempenhou o cargo de Procuradora-Geral da República entre 12 de outubro de 2012 e 12 de outubro de 2018, e desde 20 de novembro de 2018 é representante do Procurador-Geral da República no Tribunal Constitucional.-----

Exerceu sempre as suas funções com espírito de missão e sentido de Estado, dignificando as Instituições com a discrição que a caracteriza, mas com a coragem, a determinação e a firmeza que todos lhe reconhecemos.-----

Da leitura das notas curriculares ressalta um percurso profissional, inclusive na formação pós-graduada e nas funções docentes que exerceu, com uma atenção muito especial às áreas da família, das mulheres e das crianças, bem como uma participação cívica ao Presidir à direção da APAV e como Vice-Presidente da Direção da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família - Crescer e Ser, reveladora de uma profunda sensibilidade e preocupação social para estas áreas.-----

Tem participado como oradora em conferências, seminários, e colóquios da formação de magistrados e em diversos cursos pós-graduação e mestrados em várias Universidades.-----

Possui diversos artigos publicados em revistas da especialidade.-----

A Senhora Dra. Joana Marques Vidal tem um percurso exemplar de dedicação à causa pública que merece ser reconhecido, porque é um exemplo inspirador para as gerações atuais e futuras.-----

Como referiu o Dr. António Barreto (...) mais do que tudo os portugueses precisam de exemplo. Exemplo dos seus maiores e dos seus melhores (...) -----

Após esta apresentação sumária dava a palavra à nossa conferencista Dra. Joana Marques Vidal a quem agradecemos, mais uma vez, toda a disponibilidade para estar aqui connosco. Tem a palavra Senhora Dra.-----

----- **SEIS – A SENHORA DOUTORA MARIA JOANA RAPOSO MARQUES VIDAL:**

Muito bom dia. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Senhor Presidente da Câmara, Altas Autoridades Cívicas, Religiosas e Militares, Cidadãos de Viseu, Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. A minha primeira palavra é para os Senhores Capitães de Abril aqui presentes, para lhes dizer um grande Obrigado.-----

A minha segunda palavra é um agradecimento profundo e sincero pelo convite que me fizeram e pela oportunidade que tenho de estar aqui hoje a participar algumas reflexões, e não a fazer uma palestra, a participar algumas reflexões sobre alguns temas que considero importantes principalmente para a democracia. Esta minha estadia aqui hoje, tem também um significado especial porque Viseu está intimamente ligado ao meu percurso pessoal. Efetivamente fiz aqui todo o meu liceu, foram sete anos de aprendizagem, foram sete anos essenciais na minha vida e que fizeram também de mim aquela pessoa que sou hoje, sem dúvida. Relembro que quando saí de Viseu em setembro de 1973, ingressando na Faculdade de Direito, parti de uma cidade amigável, por mim conhecida, próxima, que lendo hoje, após 45 anos sinto e recordo, como apesar, enfim, peço desculpa da sua tacanhez, que era uma tacanhez que era própria do Portugal que nós vivíamos, e que tinha ínsita alguma tristeza, algum cinzentismo que perpassava no quotidiano dos portugueses de então, levava contudo alguns sinais de vivências, com a participação no teatro do liceu, com as tertúlias que íamos fazendo na procura de novos temas e com uma ânsia de outros

mundos onde a Liberdade fosse possível, que sabíamos que existia, de outros mundos onde as desigualdades não fossem tantas, que persentíamos apesar da nossa juventude, na leitura que fazíamos do mundo que nos rodeava que existiam e que poderiam ser ultrapassadas. Mas, chegada a uma Lisboa, que não era menos cinzenta, não era menos tacanha, era contudo, de certa forma, mais o estilo, principalmente para quem entrava na Faculdade de Direito de Lisboa, que naquela altura, é bom relembrar, estava perfeitamente ocupada pelas forças repressivas, pela Pide designadamente, pelos gorilas como eram conhecidos, o que criava um ambiente quotidiano completamente insuportável. Hoje, recordando como nós vivíamos, uma entrada quotidiana na Faculdade de Direito de Lisboa em que éramos sistematicamente revistados à entrada, independentemente de sermos alunos mais ou menos notados, claro que aqueles que eram mais notados pelo seu ativismo, além de serem revistados, eram frequentemente levados para identificação e sujeitos a outro tipo de atitudes e de comportamentos mais repressivos. Como era difícil assistirmos às aulas dos professores onde enfim, tentávamos aprender algumas matérias que confesso, eram muito áridas, termos aulas com os chamados gorilas presentes na sala para nos vigiarem a nós e vigiarem também os professores, mesmo aqueles que eram declaradamente defensores do regime de então, e por este ambiente, que com certeza muitos dos que aqui estão reconhecem, viver 1974 e Abril de 1974 foi sem dúvida um privilégio, e vivê-lo naquela altura em que tinha 18 anos, o que é, também, penso que todos concordarão comigo, uma idade própria, uma idade que nos remete já à abertura a um pensamento elaborado, mas, uma abertura também à utopia total que é necessária e que é tão própria destes momentos. Por isso, mais uma vez, Senhores Capitães de Abril um grande obrigado.-----

Há 45 anos o programa do Movimento das Forças Armadas, que é interessante não esquecermos, tinha nas suas medidas imediatas, na última alínea, quanto às medidas imediatas, dizia, “medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e especulação”, e tinha nas suas medidas a curto prazo o seguinte: O governo provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adotadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigar-se-á a promover imediatamente:-----

- 1. Medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo, a independência e a dignificação do Poder Judicial;**-----
- 2. A extinção dos «tribunais especiais» e dignificação do processo penal em todas as suas fases;**-----
- 3. Os crimes cometidos contra o Estado no novo regime serão instruídos por juizes de direito e julgados em tribunais ordinários, sendo todas as garantias asseguradas aos arguidos.**-----

As investigações serão cometidas à Polícia Judiciária.-----

E, é interessante notar, como o documento que poderíamos considerar o fundador do novo regime, do novo estado, se preocupou desde logo nas suas medidas imediatas e nas suas medidas a curto prazo com os princípios essenciais de um Poder Judicial independente que é essencial ao Estado de Direito Democrático.-----

Hoje poderemos perguntar: Realmente quais foram as mudanças essenciais sofridas relativamente aos Tribunais pelo Poder Judicial do Estado Democrático? Será que se concretizaram algumas delas? Quais são as grandes preocupações? Eu escolhi três, que, foram aquelas notas talvez marcantes, ou pelo menos, algumas das primordialmente marcantes relativamente aos Tribunais e ao Poder Judicial. E, permitam-me aqui, que este meu depoimento, chamemos-lhe assim, seja um depoimento que contém esperança, não seja um depoimento derrotista, seja um depoimento que assinalando algumas críticas, algumas deficiências, ressalte contudo aquilo que me parece essencial naquilo que nos trouxe a Revolução de 25 de Abril. Eu chamo-lhe Revolução, sem entrar em grandes debates ideológicos, mas foi sem dúvida na forma também como o vivi e no meu percurso, uma verdadeira Revolução.-----

A primeira nota de reflexão, são três fundamentalmente, e uma quarta, alguns pontos para futuro, a quarta parte daquilo que vos quero dizer, mas a primeira nota que diria é a importância de um Poder Judicial independente num Estado de Direito Democrático. E esta importância, é uma importância que decorre desde logo do facto, sem Tribunais independentes, sem Juizes independentes, sem Magistrados do Ministério Público autónomos e independentes nós não temos uma Democracia. E esta noção da importância da independência dos tribunais para as democracias é hoje muito visível, porque curiosamente, e hoje já foi hoje aqui referido, nós muitas vezes dizemos que os Tribunais foram a instituição do poder do Estado que mais tardiamente se alterou. Eu não diria isso! Talvez foi na sua estrutura organizativa, no modo como assimilava o quotidiano da aplicação dos novos princípios e dos novos valores, não uma instituição que se alterou de uma maneira mais silenciosa, mas hoje, nós temos tribunais completamente diferentes. Mas, não era só isso que eu queria dizer. O que eu quero aqui fazer notar é que, notando nós o que vai acontecendo por essa Europa, designadamente em países que já foram hoje aqui referidos, como a Roménia, a Polónia, a Hungria, a Turquia, (que não faz parte da Europa mas que não deixa de ser importante também), e subtilmente noutros estados, mas designadamente estes que pertencem à União Europeia, relativamente ao Poder Judicial nós vemos como os movimentos autoritários e tendências ditatoriais que estão a assumir o poder nesses países, uma das primeiras medidas que tomam é limitar a independência dos Tribunais e também nessa independência dos Tribunais a autonomia do Ministério Público, e, esta quase ligação automática entre a limitação do Poder Judicial e da sua independência sustentando a sua subordinação ao Poder Executivo e a instauração desses estados ditatoriais, ou tendencialmente autoritários, chamemos-lhe assim, é uma relação de causa efeito muito clara neste momento e faz ressaltar naquilo que eu defendo, a importância da independência dos Tribunais. Não é por acaso que é das primeiras medidas a tomar, não é por acaso que na Polónia se tentou recentemente através de medidas legislativas aparentemente genéricas ter uma destituição total do Supremo Tribunal de Justiça e dos seus respetivos Juizes e uma subordinação do Ministério Público ao Executivo. Diga-se que se não conseguiram concretizar as propostas/medidas de destituição dos membros do Supremo Tribunal de Justiça e dos seus Conselheiros, porque dada a reação que houve quanto a essa intenção legislativa, conseguiram contudo que o atual estatuto do Ministério Público Polaco, tenha sofrido um retrocesso tendo sido alterada, relativamente à sua autonomia de uma maneira estruturante, tendo como resultado, que, neste momento que o Procurador-Geral da Polónia é o Ministro da Justiça, num claro retrocesso naquilo que é essencial no funcionamento da Democracia. Mas, também relativamente à Hungria, mesmo relativamente à Áustria nós assistimos a este tipo de movimentos. Por isso, eu diria, mais uma vez, que, a independência dos Tribunais é um assunto central da Democracia, é um assunto central do Estado de Direito Democrático e é sem dúvida uma questão, que é uma questão que os portugueses devem assumir como uma questão essencial para o Estado e para a Democracia. Nesta independência do Poder Judicial e dos Tribunais, é bom não esquecer que a autonomia do Ministério Público é um elemento essencial porque é um pressuposto da independência dos Tribunais. Permitam-me que tente explicar melhor esta ideia porque a questão da autonomia do Ministério Público é uma referência muito efetuada, muito citada, mas pouco refletida. Se perguntarmos ao cidadão comum, mas afinal o que é que é isso da autonomia do Ministério Público duvido que alguns tenham essa clara definição ou conceptualização nas suas perspetivas, no seu pensamento, e designadamente a importância que tem a autonomia. A autonomia do Ministério Público está consagrada Constitucionalmente, e é uma autonomia que se traduz numa autonomia relativamente aos demais poderes políticos, aos demais poder executivo e legislativo, e, noutra perspetiva, noutra fase, digamos assim, numa autonomia relativamente também aos Juizes. E porque é que é tão importante a autonomia do Ministério Público? Porque nós

temos, e bem, um Poder Judicial, os Tribunais, assentes sobre a independência dos juizes e da sua independência no julgamento das causas que lhes são colocadas. Essa independência no julgamento das causas que lhes são colocadas implica um afastamento evidente da capacidade de iniciativa. Os Juizes não têm capacidade de iniciativa, não podem ter, eles julgam aquilo que lhes é levado, até devido às suas características de isenção e da equidistância, e da imparcialidade no julgamento. Se julgam aquilo que lhes é levado, aquilo que lhes é levado tem que ter na sua origem a possibilidade de ser verdadeiro e estar também desprendida a possibilidade de interferência de qualquer poder político. Esta ideia, é uma ideia fundamental em todas as áreas em que o Ministério Público intervém, mas fundamental na área do Processo Penal e do Direito Penal. Curiosamente se relembrem o que acabei de ler aqui quanto ao programa do MFA, já lá estava a dignificação do Processo Penal, e com a perceção clara de como era importante um Processo Penal Democrático, chamemos-lhe assim, para que realmente haja uma dignificação, uma independência do Poder Judicial, por isso é o Ministério Público o titular da ação penal, que dirige a investigação, e é o titular da ação penal, não tiver a autonomia relativamente aos demais poderes, nunca poderá haver independência dos Tribunais, porque se estiver inquinada, chamemos-lhe assim, a possibilidade de uma investigação livre e completamente autónoma os Tribunais também não poderão julgar aquilo que lhes é levado, e esta ideia da importância da autonomia do Ministério Público para a independência dos Tribunais é uma ideia que faz parte da própria noção da importância do Poder Judicial e da sua independência num Estado de Direito Democrático. Não é por acaso que esta questão é uma questão cada vez mais atual nos debates que se vão fazendo na Europa, e também desde logo contar com a versão Procurador Europeu, mas também noutros pontos do mundo nomeadamente na América Latina por exemplo, e nos países da CPLP que têm um sistema muito semelhante ao nosso, é um debate central quando se discute as alterações dos modelos judiciais e a sua concretização nos espaços dos países em que se desenvolvem. Esta é a primeira nota que diria de uma consequência relevante que o nosso Estado de Direito Democrático deixou, digamos assim, e que tem hoje e que traduz uma grande alteração relativamente aquilo que era antes. Não podemos esquecer que, principalmente para os mais novos que, antes do 25 Abril, nós tínhamos uns Tribunais e um Poder Judicial que tinham ligações ao executivo que limitavam a sua independência, e isto não põe em causa a seriedade, a honestidade e a independência designadamente dos Juizes e dos Procuradores do Ministério Público, (na altura tinham outra designação), que exerciam então. Muitos deles, como já aqui foi dito, foram exemplos de resistência às tentativas de pressão, que tinha reflexos nas suas carreiras, outros não o foram, mas nós tínhamos um próprio modelo que, em si mesmo, permitia a existência de Tribunais Plenários, e de polícias que estavam completamente dependentes do Poder Executivo, mas o próprio modelo também não permitia e limitava a liberdade quando o Conselho Judiciário era um Conselho dependente do Ministério da Justiça, e o Conselho Judiciário era o órgão que promovia e fazia a colocação dos Magistrados e que desempenhava também as funções de ação disciplinar. Por isso, tínhamos um modelo que era um modelo bastante limitador das próprias garantias da independência e do seu exercício concreto.-----

A segunda nota que penso que é de ressaltar aqui olhando para estes 40 anos, é relativa ao acesso à Magistratura das mulheres. É bom, e tudo o que está na sua base, naquilo que foi a consagração de um estatuto de igualdade entre homens e mulheres que nos foi trazida por toda a legislação e pela organização do estado também após o 25 de Abril, nestes últimos 45 anos. Até é bom recordar que as mulheres não tinham acesso à Magistratura, como não tinham acesso à Diplomacia, também à carreira militar, e que tinham um estatuto de diminuição, desde logo do reconhecimento dos seus direitos enquanto pessoa, mas também, de diminuição da capacidade de exercício dos seus direitos. Muitas vezes, quando falamos com muitos dos jovens e não tão jovens já, nascidos após o 25 de Abril, e

vamos descrevendo qual era o estatuto da mulher antes do 25 de Abril, muitos deles ficam de boca aberta, porque lhes era perfeitamente inimaginável que pudesse ser assim. Como sabem, imediatamente antes disso já não acontecia, mas o direito de voto das mulheres era bastante limitado, a cabeça de casal era o marido, as mulheres não podiam sair para fora do país sem autorização do marido, não podiam constituir o seu negócio sem a autorização do marido, e havia determinadas categorias profissionais que não se podiam casar sem autorização do Estado, aliás, isso também era estendido a alguns, designadamente aos militares salvo o erro, o que, a título de mero exemplo, nos faz remeter para um país que eu já tentei de certa forma descrever no início desta comunicação. A entrada das mulheres na Magistratura foi sem dúvida também, uma nota de grande alteração naquilo que são hoje os Tribunais, naquilo que é hoje o exercício do Poder Judicial e o exercício da Ação Judicial no nosso país. Temos hoje uma Magistratura predominantemente feminina, cerca de 60% dos Magistrados, fazendo uma média entre os Juizes e os Procuradores, são mulheres, e a grande questão é perguntar, como muitos perguntam, se isso se traduz ou não numa maneira distinta de exercer a justiça, de exercer o direito de aplicar o Direito? Eu penso que é uma questão para refletir, para estudar, para analisar, não tenho respostas para elas, mas, tenho uma resposta intuitiva que necessariamente sim, necessariamente sim. Não estou a fazer qualquer juízo de valor, para melhor ou para pior, mas é o reflexo óbvio de uma sociedade que tem homens e mulheres e que por isso o exercício da sua organização política deve ter em atenção também essa realidade quanto ao género. Esta nota do acesso das mulheres à Magistratura era a segunda nota.-----
A terceira nota é uma nota mais geral. É de notar como hoje temos uma legislação, uma arquitetura legislativa que consagra um conjunto de direitos próprios dos estados democráticos, um conjunto de direitos que reconhece ao cidadão todo o seu estatuto de cidadania e que reconhece um estatuto que foi assumido desde logo pela nossa Constituição, e foi seguido por todas as revisões, com profundos reflexos naquilo que é a atual legislação de reconhecimento dos direitos das pessoas, nomeadamente dos direitos fundamentais próprios da dignidade da pessoa humana. Isto é uma herança e um património, há que reconhecê-lo, parece-nos claro para todos, não pomos em causa, mas à que falar nele porque não podemos deixar de lado a possibilidade de haver alterações quanto à democracia desde logo, mas também quanto aquilo que é o património de todos os direitos que são consagradores, os direitos fundamentais reconhecidos universalmente. Eu falo nisso porque isso traduz-se também no reconhecimento dos direitos dos mais vulneráveis que se vai acentuando e que vai ganhando corpo legislativo e que eram de certa forma, pessoas que não eram tratadas como pessoas, e que hoje vão assumindo principalmente no quadro legislativo os seus direitos e essa possibilidade de os exercer, estou a falar nos mais vulneráveis como as crianças, os jovens, agora os idosos, e a quem se vai dando uma atenção, não só da necessidade de proteção por serem mais vulneráveis, mas principalmente, e isto é o mais importante, no sentido do reconhecimento dos seus direitos e da promoção dos seus direitos enquanto pessoas, afastando-os de uma visão assistencialista que teve os seus tempos e os seus valores, mas que não é na minha opinião a perspetiva sobre o qual devem ser encarados os direitos das pessoas. É este património geral que consagra todos estes direitos, reconhecidos e fundamentais para o reconhecimento da dignidade da pessoa humana que me parece ser também de fazer notar numa sessão como esta em que estamos a comemorar os 45 anos do 25 de Abril.-----
As reflexões para futuro, designadamente os desafios que se colocam à justiça e ao seu aparelho de funcionamento, falemos assim, são muitos, já aqui foram falados alguns, mas, nós hoje estamos confrontados com questões que advêm dos espaços mundiais em que estamos inseridos, desde logo do facto de sermos cidadãos europeus, com uma legislação e um sistema jurídico que vai muito para além daquilo que são as opções que possam ser tomadas no âmbito de cada um dos governos dos países que integram a União Europeia, e esta realidade, é uma realidade que, embora já bastante mais consciencializada, eu penso

que é pouco refletida ainda, há muitos portugueses que não têm a noção de como o seu quotidiano é condicionado, é estruturado por aquilo que é a legislação e as decisões que são tomadas no espaço da União Europeia da qual nós fazemos parte, e, digo eu, ainda bem. Sou uma Europeísta, com bastantes críticas, nós vamos desenvolvendo mas sem dúvida hoje, e sem debater se a Europa que pretendemos é esta ou é a outra, mas, eu pretendo a Europa, eventualmente com outro desenvolvimento, ultrapassando algumas das dificuldades que estão a ser atualmente vividas. Mas, esta interceção de Portugal no mundo de Portugal, em termos judiciais implica a necessidade de cooperação com os países europeus, mas tem tido também uma grande relevância a nossa capacidade de relacionamento porque também estamos inseridos nos espaços do quais fazemos parte, para além do espaço europeu, como os espaços dos países da CPLP, onde, (considero que este tema é muito importante) a capacidade dos Tribunais terem ao nível daquilo que é a ação judiciária a cooperação, uma cooperação ativa, de igual para igual, e também os demais espaços do mundo, mas designadamente também, os espaços da ibero-américa no qual também vamos desempenhando uma ação bastante ativa, (passo, enfim, a incorreção da linguagem). Isto é sem dúvida um desafio do Sistema Judiciário Português se inserir, se articular e se relacionar com os demais espaços judiciais, e que é muito importante em todas as áreas, mas também, voltando agora um pouco às áreas próprias do Ministério Público, naquilo que é a luta contra a criminalidade económico-financeira complexa, contra a corrupção, e contra outros fenómenos criminais que surgem diariamente, altamente elaborados e que decorrem claramente também daquilo que é o desenvolvimento e o crescimento global.-----

O outro desafio, centrado no judiciário, é o desafio da modernização, da agilização e a capacitação suficiente para termos uma resposta eficaz aos fenómenos de criminalidade, mas também não só, que advêm do desenvolvimento cibernético. É um novo mundo, é um mundo com o qual nós temos que viver, quando se fala das questões das plataformas, das redes sociais, e do saber-se muito rapidamente tudo, aquilo que é mentira e aquilo que é verdade, há quem tenha tendência para, isto não pode ser, temos que proibir, é impensável, nós temos que acompanhar, temos que desenvolver, temos que viver com isso, e no fundo, utilizando naquilo que é importante para a defesa dos valores que defendemos e rejeitando, ou ultrapassando aquilo que se pode transformar em movimentos negativos e que ponham em causa os direitos fundamentais que vamos defendendo. Essas são sem dúvida alguns, alguns dos desafios que se nos colocam neste momento. Mas, eu acho que, o mais importante de tudo, é a consciência que cada um de nós enquanto cidadão deve ter dos seus direitos, da maneira de os exercer e da reclamação constante que cada um de nós deve fazer quanto aquilo que considera que está mal ou que pode em causa aquilo que é essencial nos valores que defendem e contra os direitos que têm, designadamente a importância que resulta do exercício ativo da cidadania de uma participação consciente, de uma participação com informação, uma participação cidadã com conhecimento. A questão da participação ativa do cidadão na comunidade, e em tudo, no fundo, no mundo em que vive é essencial, e é essencial desde logo porque numa das questões dos grandes temas que são discutidos, como temas importantes para a realidade e que são muitas vezes discutidos na responsabilidade de intervenientes, ou dos governos, ou dos tribunais, nenhuma dessas questões são questões que sejam somente questões desses órgãos ou das instituições que são chamadas para esse debate. A questão do combate à corrupção ou à criminalidade económico-financeira, não é essencialmente uma questão dos tribunais, como questão da violência doméstica não é essencialmente uma questão dos tribunais, como um conjunto de outras questões não são questões essencialmente dos tribunais, claro que a ação dos tribunais, a ação da justiça é muito importante, não vou agora aqui repetir algumas coisas que foram ditas, e até desenvolver os temas da confiança no sistema de justiça e do prestígio das instituições naquilo que é o reconhecimento da sua legitimidade, mas, a questão da resposta da justiça é muito importante, mas a resposta da justiça é uma

resposta que faz parte da resolução do problema, mas não esgota a resolução do problema. Nós não podemos assumir a ideia de que o combate à corrupção se faz pela condenação dos corruptos. Claro que se faz também pela condenação dos corruptos, mas, se cada um de nós, e se em termos comunitários e institucionais continuar a existir uma tolerância, uma condescendência pelas práticas irregulares, chamemos-lhe assim, algumas delas no início não são sequer criminosas, são irregulares, se continuarmos a considerar normal, ou que, enfim, num concurso público passar-se a informação a determinada pessoa que é amiga, ou facilitar num determinado tipo de contratos públicos, ou na sua ação do quotidiano do estado de que fazemos parte, e dos órgãos nas nossas funções profissionais continuarmos a achar normal um conjunto de comportamentos, como aliás, até há muito pouco tempo se achava normal em Portugal, e até louvável, que se fugisse aos impostos, (acho com certeza que ainda há muita gente que acha normal), mas, não vamos, não vamos... esta condescendência perante práticas, que são práticas corruptivas ou práticas irregulares, é uma condescendência que cada um de nós deve recusar. A questão da violência doméstica, sem minorizar a importância que tem a ação dos tribunais e aqui importância que tem a ação do Ministério Público também, e não só do julgador, é uma questão que, enquanto nós não soubermos dizer não com toda a consciência aquilo que é a violação dos direitos que se verifica quando há um caso de violência doméstica, enquanto considerarmos aliás, que é normal, e uma bofetada é só uma bofetada, não tem importância, e foi só uma vez, também não tem importância, e estar a ver e fiscalizar os telemóveis também não tem importância, invadir a privacidade e não respeitar a privacidade do outro também não tem importância, enquanto nós continuarmos a achar tudo isto normal nas nossas famílias e nos nossos amigos naquilo que se passa, não há ação do tribunal que consiga combater a violência doméstica, e no fundo a violação dos Direitos Fundamentais dos cidadãos.-----

Eu vou terminar, sim, mais uma vez, agradecendo aos Senhores Capitães de Abril, fazendo um apelo grande à participação ativa dos cidadãos na vida pública, e fazendo um apelo também à assunção clara que todos devemos fazer dos nossos direitos e da concretização dos mesmos no quotidiano, mas, quando estamos a falar dos nossos direitos estamos a falar de um respeito integral pelos direitos de todos.-----

Muito obrigada. Bem Hajam.-----

Viva o 25 de Abril!-----

Viva Portugal.-----

---- SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhora Doutora, foi um enorme privilégio para todos nós podermos assistir a esta Conferência e nos ter demonstrado também que o ideal da democracia consubstancia-se num Estado de Direito Democrático e que a Justiça é a base essencial da civilização, e que a independência é um valor a preservar.-----

Eu convidava também o Senhor Presidente da Câmara para se associar a nós neste reconhecimento à Senhora Doutora.-----

Convidava agora a Senhor Presidente da Câmara a usar da palavra.-----

---- SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU: Boa tarde a todas e a todos. Saúdo democraticamente e com amizade todas e todos.-----

Permitam-me que saúdo o Dr. Mota Faria Digníssimo Presidente da Assembleia Municipal e toda a Mesa da Assembleia Municipal de Viseu, saúdo o meu Vice-Presidente, as Senhoras e os Senhores Vereadores, saúdo também nesta Sessão Solene as Senhoras e Senhores Presidentes das Junta de Freguesia do Concelho de Viseu, saúdo as Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, uma saudação ao Senhor Deputado Europeu Dr. Fernando Ruas, uma saudação ao Senhor Comandante do Regimento de Infantaria de Viseu, que hoje já tivemos a oportunidade de visitar desta forma simbólica, uma saudação muito especial aos Senhores Capitães de Abril, sobretudo aqueles que, sendo de Viseu tiveram uma intervenção muito direta, uma saudação à Senhora Dra. Joana Marques Vidal, nossa oradora especial, e também pela evocação que faz do regresso

a um local onde foi feliz, isso é importante também do ponto de vista do nosso percurso e agradecer-lhe sobretudo a partilha que fez aqui connosco sobre valores que nos são muito gratos. Queria saudar mais algumas pessoas, designadamente a Senhora Juiz Presidente, gostava também de saudar o Senhor Procurador Coordenador, permitam-me também que na pessoa do Engenheiro António Vidal ex-autarca saúde todos os ex-autarcas presentes nestas Sessão do 25 de Abril, uma saudação também para os Dirigentes dos Núcleos de Viseu da Associação 25 de Abril e da Associação dos Deficientes das Forças Armadas que aqui estão presentes, uma referência muito especial a Sua Excelência Reverendíssima D. António Luciano Bispo de Viseu, e saudava na pessoa da Dra. Paula Garcia os demais representantes de entidades e cidadãos que se encontram aqui entre nós, aliás, dá-se a feliz coincidência de comemarmos estes 45 anos do 25 de Abril exatamente num espaço de cultura que faz 20 anos desde a sua fundação, e é também um dado que gostava de relevar.

Caras e caros concidadãos,-----
Viseenses,-----

Saúdo a todas e a todos nestas comemorações do 25 de Abril.-----

Passam hoje de facto 45 anos do dia fundador da Liberdade, da madrugada esperada, do “dia inicial inteiro e limpo”, como tão bem definiu a poetisa.-----

Quero começar por recordar, agradecido, a todos os homens e mulheres que lutaram para derrubar o regime, antes e durante a Revolução de Abril.-----

Muitos fizeram-no pagando um custo pessoal muito elevado. Alguns pagaram mesmo com a própria vida.-----

Dessa madrugada, quero destacar a coragem física, moral e também política dos cinco capitães do Regimento de Infantaria de Viseu que estiveram envolvidos nas operações militares, e neles homenageio todos:-----

Desde logo, Gertrudes da Silva, que ainda recentemente nos deixou; Arnaldo Costeira, Aprígio Ramalho, António Ferreira do Amaral e Amândio Augusto. O nosso bem-haja a todos eles.-----

E de facto, faz-nos refletir e pensar, sim, já passaram 45 anos, quase meio século desde o 25 de Abril.-----

Isto quer dizer que uma grande maioria dos portugueses já nasceu e cresceu em liberdade e não viveu, felizmente, sob este regime obscurantista, que odiava a liberdade e remeteu o país para um isolamento e um atraso social que, nalguns casos, ainda hoje pagamos essa fatura.-----

Esta maioria de cidadãos só conhece a normalidade democrática que construímos a custo depois de resgatada a liberdade, isso é de facto um bom valor para todos nós.-----

Este é de facto o único regime em que queremos viver – e que precisamos de defender e ao mesmo tempo também de reformar.-----

Em democracia, o país transformou-se de forma notável. Estes 45 anos do 25 de Abril, esta conquista fantástica que foi o Poder Local Democrático que tanto tem puxado pelo país, e temos também que recordar aqui a adesão à CEE que foi também um momento marcante de todo este percurso que fizemos até agora.-----

Devemos, por isso, comemorar e usufruir de todas as conquistas coletivas que já realizámos e, partindo delas, ambicionar novos níveis de desenvolvimento, conforto e também de qualidade democrática.-----

Não devemos, nunca, abdicar de níveis elevados de exigência.-----

Os desafios que hoje enfrentamos são hoje diferentes dos que, há meio século, eram prioritários. Basta recordar que há meio século atrás uma boa parte do país nem luz elétrica tinha.-----

E, é deles que nos devemos ocupar.-----

E, quero nesta minha intervenção dirigir-me sobretudo aos jovens.-----

Eles são e serão os legítimos herdeiros da sociedade que estamos a construir e é a pensar

neles que temos que cuidar das políticas públicas que lhes permitam ambicionar uma qualidade de vida e prosperidade superior à que os seus pais e avós tiveram.-----
É uma ambição legítima e é uma obrigação nossa permitir que isso aconteça.-----
O país mudou muito, para melhor, mesmo que alguns procurem enfatizar o contrário, mas a verdade é que o país evoluiu, mas o mundo também não parou.-----
A qualidade da educação e da formação dos nossos jovens, e o fomento da cultura e da criatividade, são a ferramenta mais importante que devemos proporcionar-lhes, preparando-os para as sociedades do século XXI.-----
A Educação e a Cultura são, não tenhamos dúvidas, o elevador social por excelência.-----
O acesso de todos – ricos e pobres, os que vivem no campo ou na cidade, os que nasceram na nossa terra ou que nasceram noutros países – à mesma qualidade de ensino, digamos que, é a forma mais rápida, mais honesta e mais justa para permitir o tal nivelamento social.-----
Em Viseu temos orgulho e temos uma grande preocupação com a educação, desde o ensino pré-escolar ao ensino superior, não apenas naquelas áreas que são da responsabilidade da Autarquia, mas também cuidando do que é responsabilidade do Estado Central.-----
Recordo aqui em que estado estariam as escolas Grão Vasco e Viriato, em que condições estes nossos jovens teriam aulas, se estivéssemos à espera que o Estado Central do ponto de vista da sua atuação.-----
Neste ano letivo temos em Viseu, e ao contrário do que acontece um pouco por todo o interior do país, 534 novos alunos até ao 12º ano, o que é claramente um indicador positivo, que nos anima.-----
Mas, um ensino de qualidade não deve apenas cuidar dos conhecimentos das disciplinas clássicas. O desporto e a formação cultural e tecnológica são hoje tão importantes como as matérias científicas ou humanísticas e também a formação cívica destes nossos jovens cidadãos.-----
Introduzimos a atividade física no pré-escolar, disseminámos escolas de música por todas as nossas freguesias. Estamos quase a atingir o objetivo de ter uma escola de música em cada uma das nossas 25 freguesias, captando jovens que não eram motivados através das matérias científico-pedagógicas, mas que são motivados por outras atividades artísticas. Ainda esta semana na cerimónia de Mérito Escolar distinguíamos 344 dos nossos jovens.---
Também temos um projeto-piloto na perspetiva de integração de crianças de etnia cigana, porque entendemos que a educação deve ser para todos, entendemos também que a formação deve chegar a todos, e que a melhor forma de prepararmos o futuro é de facto darmos uma formação a estes nossos jovens.-----
O Portugal dos anos 70, feito de empregos pouco qualificados dirigidos a uma população pouco alfabetizada, acabou em grande parte.-----
A evolução tecnológica trouxe novos desafios e ameaças, mas, ao mesmo tempo, abre aqui novas oportunidades.-----
Caro Presidente da Assembleia Municipal,-----
Caras e caros viseenses,-----
Pelos mesmas razões que evoquei atrás, e continuando a dirigir-me aos jovens, colocámos a Cultura no topo das prioridades de desenvolvimento de Viseu.-----
Fomentámos uma cultura democrática, criativa, diferenciadora, que é hoje uma marca do concelho, dentro e fora de portas.-----
Essa aposta consciente tem hoje reflexos importantes não só na qualidade de vida local e na oferta cultural à comunidade, como também na criação de emprego qualificado e no crescimento da procura e também dos rendimentos turísticos.-----
A agenda cultural de Viseu preenche as 4 estações do ano e é para todos. Da cidade às freguesias periféricas, sem diretórios de gosto ou fronteiras estéticas. Aberta, eclética, vibrante.-----
Temos hoje em Viseu um ecossistema artístico e cultural que fixa e desenvolve talentos.----

Disposomos do maior e mais importante, sistemático, robusto e transparente programa de apoio à produção cultural independente: O Viseu Cultura.-----
Não existe paralelo a este programa municipal no país, nem quanto à sua arquitetura, nem quanto à sua dimensão financeira e regularidade.-----
Anualmente, são disponibilizados quase 1,2 milhões de euros de apoios municipais neste programa, para além de outros apoios não financeiros.-----
Num país que não dedica, não chega a 1%, aliás, anda em metade deste valor do seu PIB e do seu Orçamento de Estado à Cultura, em Viseu, dedicamos cerca de 7% dos meios municipais a essa prioridade, com um forte investimento na Cultura independente e também na formação dos nossos jovens.-----
Estamos também neste ponto de vista a salvaguardar e a valorizar o nosso património histórico e cultural que acaba por ser um dos nossos principais legados.-----
E, não posso deixar de aqui referir a conquista recente na criação do Polo Arqueológico de Viseu e da sua reserva, numa cooperação estreita com a Direção Geral do Património Cultural e também com a Direção Regional de Cultura do Centro.-----
Este Polo porá um ponto final na dispersão de material arqueológico relevante sobre o concelho e permitirá implementar uma agenda de investigação patrimonial e histórica.-----
Esse projeto conta quase 100 anos desde que desenhou o arqueólogo-fundador, José Coelho, ao qual se acha também ligada outra iniciativa que estamos a desenvolver: o Museu de História da Cidade, que terá mais novidades durante este ano.-----
Gostava também de relevar aqui dois factos do domínio cultural que se ligam também à juventude que aconteceram já este ano, por um lado abertura na nova sala de leitura da Biblioteca Municipal, gostava também de realçar as condições, sobretudo pensando nos nossos jovens do ensino superior em Viseu.-----
Um segundo aspeto que gostava de relevar, este grande salto qualitativo que demos do ponto de vista do nosso evento mais antigo, a Feira Franca de São Mateus, que é hoje sem dúvida, icónico, é também um evento histórico relevante do ponto de vista popular, mas também do ponto de vista cultural. É um evento que hoje atrai muitos milhares de pessoas à nossa cidade.-----
De facto, transformar Viseu numa comunidade humana, cultural e inclusiva, e num território atrativo para atividades e empresas que criam emprego qualificado, é o nosso desígnio de qualidade de vida e também de cidadania.-----
E continuando exatamente a falar para esses jovens, este ciclo que abrimos no desenvolvimento económico do concelho, com a atração de importantes investimentos empresariais, alguns dos quais de última geração tecnológica, é também ele próprio uma semente de cidadania e ao mesmo tempo uma semente de fixação de pessoas e de captação de novas pessoas.-----
Nestes cinco anos deste novo ciclo, foram criados mais de 1.600 postos de trabalho, resultado do investimento de cerca de 200 milhões de euros.-----
Só os últimos 3 anos o que era quase impensável para nós, fixámos mais de 300 engenheiros, e temos neste momento em fase de recrutamento com as diferentes empresas deste *cluster* o recrutamento de mais cerca de 300, o que significa que Viseu se tem vindo a afirmar nos domínios de futuro como são as tecnologias de informação, a saúde e esta área também das *smart cities*, estamos também desta forma a honrar Abril e ao mesmo tempo a assegurar a vida futura dos nossos jovens e permitindo fixar na nossa cidade e no nosso concelho algumas destas pessoas.-----
Caros Municípes e Concidadãos,-----
Minhas senhoras e Meus senhores,-----
A atração e fixação de pessoas e famílias em Viseu é claramente uma prioridade assumida. Aliás, a família como núcleo central de uma comunidade, é por nós assumida como um aspeto central da nossa política.-----
Recusamos também a fatalidade de um interior cada vez mais despovoado, mais

envelhecido e, a prazo, mais pobre e menos competitivo. Este é um ciclo vicioso e perverso que estamos e queremos combater.-----

E que se desenganem aqueles que continuam amarrados a um passado em que eram prioritárias e praticamente exclusivas as políticas de betão, que consumiam a quase totalidade do investimento nacional e comunitário.-----

Esse tempo acabou.-----

O investimento em infraestruturas deve ser hoje filtrado por um sentido estratégico e humano, pelo seu retorno económico, social e cultural.-----

Dou um exemplo concreto: Num país que construiu novas estradas como ninguém, há uma obrigatoria que continua por fazer. Já adivinham que me refiro à requalificação do IP3, que tão importante seria para o nosso concelho.-----

É importante também referir que neste percurso dentro da União Europeia há uma “torneira” que se vai fechando, designadamente a “torneira” que permite os investimentos nestes territórios, em contrapartida no passado, grande parte dos investimentos eram feitos com participação comunitária, hoje, não só se fecham algumas destas “torneiras” a estes territórios, como se desviam dinheiros que são destes territórios para as duas grandes áreas metropolitanas. Ainda ontem, ouvia o Senhor Ministro do Planeamento a dizer com orgulho que estavam neste momento a abrir concurso para o Metro de Lisboa e Porto e para a Linha de Cascais onde vão ser exatamente utilizados os dinheiros do fundo de coesão que deveriam ser utilizados para combater as assimetrias do país, e são hoje estas situações que também nos devem preocupar no caminho de Abril, e na igualdade em que temos que estar nos diferentes espaços do território.-----

Pela nossa parte temos tentado contrariar esta tendência.-----

Mesmo sem apoios de Bruxelas só nos últimos 5 anos foram investidos mais de 40 milhões de euros em obras na área do saneamento.-----

Mais de 60 milhões de euros nas diferentes freguesias numa lógica de investimento democrático, não se deve concentrar todo na cidade, mas espalhar-se por todas as freguesias.-----

Trata-se de facto de um ciclo de investimentos sem financiamento comunitário sem precedentes.-----

Também na área da reabilitação urbana estamos a deixar as nossas marcas, e realço aqui não só todo o trabalho que está dentro do PEDU, as obras em curso nas Ruas João Mendes, Soar de Cima, as obras também em curso da Casa das Bocas, do Orfeão de Viseu na fase de visto do Tribunal de Contas, para já não falar, deste próprio Teatro Viriato que emblematicamente nestes 20 anos é alargado com obras já adjudicadas entre outras que estão neste momento a desenvolver.-----

Também a obra que marcará uma nova fase, designadamente o Bairro da Cadeia que dentro de dias será lançado o seu concurso. Portanto, são áreas onde nós temos vindo a trabalhar e que acabam por permitir de facto ir consolidando e desenvolvendo os nossos territórios num espírito de Abril.-----

Numa metáfora, depois de termos construído o *hardware* é altura de apostar e desenvolver o *software*, sobretudo apostar naqueles fatores que são relevantes para a formação das pessoas, sobretudo para a felicidade das pessoas, que é um valor que procuramos prosseguir todos os dias.-----

E, se é importante este vetor, também a área da mobilidade não é menos importante, e por isso há dias demos aqui um salto de gigante, com a introdução da Mobilidade Urbana de Viseu, um processo que está em instalação e que ficará concluído até ao final do ano, e que seguramente vai permitir ter também uma perspetiva mais democrática não só do transporte dentro da cidade mas sobretudo o acesso das pessoas das freguesias à nossa Cidade de Viseu, portanto, gostava também de realçar este aspeto.-----

As questões ambientais também não podem estar excluídas, é muito importante pensarmos também nesta construção de Abril nas diferentes vertentes, na lógica do

comportamento ambiental. Temos de facto de continuar a apostar numa estratégia que permita termos a nossa “Cidade Jardim” o nosso concelho, e ao mesmo tempo dessa forma contribuirmos para a melhorias do ambiente a nível nacional e também internacional.-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

De facto 45 anos depois do 25 de Abril, este é o momento para celebrar a Liberdade e todas as suas conquistas, algumas das quais já aqui referi.-----

Mas celebrar Abril é recusar sucumbir ao lugar-comum dos rituais protocolares para ter a coragem de denunciar as ameaças e os venenos que ameaçam a Democracia, a Liberdade e também a Paz.-----

Refiro-me aos populismos larvares, à demagogia antidemocrática, ao descrédito das instituições e da Política e à crise de uma justiça refém do (i)mediatismo justiceiro, que é a sua própria negação.-----

Saúdo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo facto de ter tomado a iniciativa de trazer para o primeiro plano desta comemoração este debate.-----

E saúdo sobretudo o facto de ter convidado para esta Sessão alguém que é emblemático para todos nós do ponto de vista deste percurso, da lição que se tem dado. E sobretudo o percurso que queremos fazer.-----

O 25 de Abril de facto trouxe-nos uma justiça independente, livre e democrática, que é preciso incrementar e modernizar, mas também defender do populismo e da excessiva mediatização que convertem todos em suspeitos e cidadãos inocentes em condenados sem culpa.-----

Se se espera que a justiça seja cega e implacável, para todos e sem olhar a quem, espera-se também que ela se defenda da tentação dos julgamentos populares, mediáticos e sumários na praça pública.-----

A qualidade da nossa democracia também depende desses comportamentos.-----

Daqui a um mês vamos votar para eleger os nossos representantes no Parlamento Europeu. Quatro meses depois, vamos eleger os novos deputados à Assembleia da República.-----

Mas o exercício democrático não pode esgotar-se nestes atos eleitorais.-----

É cada vez menos aceitável que todas as políticas sejam definidas e dirigidas a partir de Bruxelas ou de Lisboa, longe das populações, das suas ambições concretas e sem respostas adequadas para os seus problemas reais.-----

A descentralização efetiva tarda em fazer-se de forma consistente e no terreno. E ela é essencial para passarmos para um novo patamar de políticas regionais e locais que nos permitam dar um salto de prosperidade e ao mesmo tempo também de competitividade.---

O 25 de Abril e a democracia trouxeram-nos o reforço e a autonomia do poder autárquico, com uma legitimidade que não tinha, mas é urgente ir muito mais longe.-----

A regionalização, do meu ponto de vista, é a peça desaparecida no puzzle da nossa Democracia. É o motor que falta à modernização e racionalização do Estado e ao rejuvenescimento e aprofundamento do regime democrático.-----

O Municipalismo deve e pode ser aprofundado, com ganhos para a eficiência das políticas públicas e, sobretudo, para o serviço prestado aos cidadãos, às famílias e também às empresas.-----

Mas não pode pedir-se ao municipalismo que resolva os problemas de um Estado macrocéfalo, cada vez mais raquítico e ao mesmo tempo esclerosado.-----

A coesão territorial do país, a competitividade económica nacional e a própria sustentabilidade das funções públicas e do investimento público exigem esta que é a mãe de todas as reformas do Estado: A Regionalização. Espero que esse seja um tema de debate nas próximas eleições legislativas e que seja um desígnio para a próxima legislatura.-----

E se de facto um novo referendo é indispensável é também fundamental uma convergência

política na sociedade portuguesa, sem preconceitos ideológicos e populismos demagógicos. A verdade é que Portugal ainda é hoje o país mais centralizado da OCDE e da União Europeia e a nossa história é o avesso do sucesso da Europa das Regiões. Convém verificar onde é que estão as regiões mais desenvolvidas do ponto de vista da União Europeia.-----
Para terminar, mais uma vez realçar a importância de mantermos estas sessões.-----
Invoco sempre o nome de António Coelho de Araújo que iniciou exatamente estas sessões de Comemoração do 25 de Abril, com esta característica de em anos mais redondos se fazer em sede do concelho, mas também percorrer as várias freguesias do nosso concelho. Depois, na altura em que tive o privilégio de ser Presidente da Assembleia Municipal o continuei, o Dr. Mota Faria também o fez e acho que desta maneira estamos de facto a honrar aquela que é uma data, mas sobretudo um estado de espírito de todos esses valores que de facto comungamos do 25 de Abril, e portanto, terminar a minha intervenção de facto, os “3 D” de Abril estão ainda em parte, por realizar. Diria que não há democracia sem participação popular e de proximidade. E não há desenvolvimento sem regiões.-----
Viva Viseu!-----
Viva o 25 de Abril.-----
Muito obrigado.-----
---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Iria agora usar da Palavra.-----
---- **OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU:** Excelentíssimos Senhores “Capitães de Abril”, Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo de Viseu, Digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Deputado do Parlamento Europeu, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, um cumprimento especial à nossa conferencista Dra. Joana Marques Vidal, Excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, ex-Autarcas, Senhores Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----
25 de Abril de 1974, Dia da Liberdade, mas também Dia da Esperança.-----
Dia da Revolução dos Cravos levada a cabo pelos Capitães de Abril, que merecem a nossa gratidão.-----
Na saudação aos seus camaradas na Assembleia Municipal de Viseu, em Abril de 2004, o General Ramalho Eanes referia:-----
“fizeram de Viseu uma Cidade de Abril e fizeram com que Viseu, fosse Abril“ (fim de citação).-----
Mas, se os Capitães de Abril foram determinantes, houve também muitas mulheres e muitos homens, mas também muitas instituições que com a sua luta contribuíram para a Revolução.-----
O 25 de Abril é um Dia Histórico.-----
Em 1974 vivemos a Revolução;-----
Em 1975 foram as primeiras eleições livres e democráticas;-----
Em 1976 entrou em vigor a Constituição da República Portuguesa.-----
Comemorar Abril em 2019 é lembrar os ideais e o significado do 25 de Abril de 1974 e transmitir esse sonho inspirador aos jovens.-----
Mas, é também, ter consciência que o País melhorou, mas, aquela Sociedade justa, fraterna, solidária e responsável ainda não foi atingida.-----
Temos de continuar a não esquecer os ideais de Abril e continuar a lutar por um futuro melhor, por uma sociedade em que:-----
a separação entre apolítica e os negócios seja um facto real;-----
seja dada primazia a uma cultura de legalidade e ao Estado de Direito Democrático;-----
a política não seja um exercício acumulado de cargos, regalias e benesses.-----
Mas, também uma Sociedade, que seja mais exigente, que condene o desperdício e a má gestão dos dinheiros públicos e não pactue com maus exemplos e péssimas referências.-----

Uma Sociedade que entenda que a corrupção é uma questão gravíssima, e que tem que ser investigada, combatida e punida pelas leis mas também, e muito bem, como disse a Senhora Dra. Joana Vidal, sancionada pela sociedade.-----

Uma Sociedade em que haja, uma cidadania social, ativa e participativa – às vezes esquecemos que como cidadãos temos o direito à boa Governação do Estado.-----

Mas, Caros Concidadãos,-----

Numa época de grande mediatização da política são necessários órgãos de Comunicação Social de qualidade, livres, isentos e independentes dos poderes instituídos e com rigorosos critérios deontológicos que exerçam o seu dever de investigação, de escrutínio e também de controlo público das figuras públicas.-----

E, uma Justiça célere, eficiente, mas também justa e equilibrada, sendo a independência da Justiça um bem a preservar e todos respeitarmos.-----

E deve ser dotada essa mesma Justiça dos recursos e dos meios adequados ao cumprimento da sua missão também em prol da sociedade.-----

Precisamos também que a Reforma do Estado seja uma prioridade política e haja uma discussão séria sobre o Papel e as Funções do Estado, que permita uma descentralização do Poder do Estado, e também a desconcentração do Aparelho do Estado, que deve estar organizado em função do cidadão, que é ele sim, o centro das decisões e das políticas públicas.-----

Mas, conforme já referimos em 2016, nestas e outras áreas, como é o caso da promoção da natalidade, da sustentabilidade financeira da Segurança Social e do Serviço Nacional de Saúde, na estabilidade do Sistema Educativo, nas grandes infraestruturas entre outras, precisamos que sejam criados consensos sociais, sólidos e duradouros.-----

Há necessidade de estabilidade e continuidade nas políticas.-----

Os consensos são necessários e imprescindíveis ao nosso futuro como País, e os atores políticos devem ter sentido de estado na defesa daquele que é o Superior Interesse Nacional.-----

Senhores Deputados,-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores, -----

Não é aceitável que passados 45 anos de Abril:-----

as desigualdades sociais e a disparidade na distribuição dos rendimentos se mantenha com a dimensão que conhecemos;-----

a corrupção continue a não ser uma prioridade política. E continue a adiar-se a legislação sobre a criminalização do enriquecimento ilícito e não justificado, e a não se considerar a necessidade da instituição da justiça negociada.-----

A aposta na Justiça e no combate à corrupção é uma questão de decência pública, uma obrigação ética e de cidadania, e a par do combate à fraude e à evasão fiscal é crucial para haver uma melhor distribuição de riqueza no País.-----

Como referia a Dra. Maria José Morgado, - “os resultados do combate à corrupção representam o julgamento da qualidade da própria democracia”.-----

Senhores Deputados,-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

Em 2019, passados 45 anos de Abril, não é compreensível que se discutam princípios e valores na ação política, que deveriam ser inquestionáveis, quase uma questão que fosse de bom senso político e partidário.-----

A política não é uma profissão;-----

Os políticos não são profissionais de uma atividade chamada política;-----

Os partidos políticos são um instrumento de mediação da vontade popular e existem também para servir a sociedade.-----

Devem ser uma Escola de Vocações Políticas e não instituições que favoreçam uma cultura política de facilitismo, de expedientes, sem qualquer exigência ética.-----

A Vida Política é uma missão ao Serviço do Bem Comum, um exercício transitório de um

poder de funções públicas.-----

Por outro,-----

É obrigação dos políticos a prevenção da suspeita, devendo ter transparência na sua ação pessoal e política.-----

A Ética Republicana que alguns esqueceram, não é apenas a lei.-----

Como referia o Dr. Mário Soares (...) “A Política tem uma dimensão ética evidente – dimensão esta que quando se perde, retira sentido ao combate, autoridade ao protesto, convicção e dignidade à voz” (...) fim de citação.-----

No domínio dos valores éticos as decisões devem ser assumidas, explicadas e defendidas com convicção e se erradas devem ser pedidas desculpas e retificadas.-----

Mas, é inaceitável procurar-se justificar um erro denunciando outros erros anteriores isolados mas igualmente condenáveis, procurando desse modo tentar que uma prática política sistemática e eticamente reprovável, seja percecionada como normal e seja aceite. Quem se defende procurando descartar responsabilidades, agitando os valores da democracia e o “papão” do populismo, deveria saber que a falta de valores éticos, em conjunto com as desigualdades e as injustiças sociais agravam a confiança na política e no futuro do País e são, isso sim, um rastilho para os populismos.-----

Caros Concidadãos.-----

Ao referirmos a necessidade de separação dos poderes no Estado de Direito, o primado do interesse público em relação aos interesses privados, a valorização dos valores éticos na ação política e na gestão da coisa pública, não posso deixar de lembrar um excerto de intervenção que tivemos no Dia do Município em 21 de Setembro de 2018 referente à então Procuradora Geral da República e à sua magistratura do exemplo.-----

(...) A corrupção que corrói os alicerces do Estado e da Democracia, continua a não ser um desígnio político e a Justiça uma prioridade absoluta do Estado.-----

Neste domínio, a atual Procuradora Geral da República, tem dado um contributo decisivo ao combate à corrupção, ao prestígio do Sistema Judicial e à confiança dos cidadãos na Justiça.-----

A Senhora Procuradora é neste momento um símbolo de um Sistema Judicial respeitado e justo, que tem vindo a contrariar a ideia instalada na Sociedade que a Justiça não é igual para todos.-----

Por isso não compreendemos a sua não recondução.-----

Não defendemos a judicialização da política, mas também não aceitamos a politização da justiça (...).-----

Dra. Joana Marques Vidal, muito obrigado por tudo o que fez no exercício das suas funções enquanto Procuradora Geral da República.-----

Como Presidente, como cidadão e como pai, Muito Obrigado.-----

Para si peço uma salva de palmas.-----

Caros Concidadãos,-----

Há 4 anos nesta mesma data e perante um conjunto de relatos abomináveis de maus tratos, de negligência e mortes de crianças, de mulheres e de idosos, referimos que o Estado não pode ser a única solução para estes problemas.-----

O Estado omnipresente a dar resposta a todos os problemas, como alguns defendem, é um erro com consequências gravíssimas para a sociedade.-----

Passados 4 anos a situação mantém-se e tem tendência a agravar-se.-----

Como então dissemos – melhores serviços, melhores intervenções, e melhores respostas do Estado, SIM.-----

Mas uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva é uma obra coletiva, é uma obrigação de todos – Sociedade em geral, cidadãos e também do Estado.-----

Sociedade em que a família, e temos que voltara a falar na família, tem de voltar a ser um elemento central, um valor a promover, insubstituível na transmissão e na educação para os valores, um espaço de humanização e de solidariedade entre gerações.-----



Senhores Deputados,-----
Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----
No 25 de Abril celebramos a Esperança.-----
E, também, como dizia o Dr. Mário Soares (...) tenham pois confiança no nosso futuro coletivo – não nos devemos cair em pessimismos doentios – até porque, seremos depois todos nós que teremos de construir esse mesmo futuro (...) fim de citação.-----
Temos de acreditar e lutar por um Portugal, em que:-----
A Política seja valorizada e dignificada;-----
Em que, os Titulares de Cargos Políticos sejam exemplos inspiradores para as gerações futuras, e que exista uma relação de confiança entre os cidadãos e a classe política;-----
Em que os Consensos Essenciais ao País sejam atingidos e tenhamos um Estado Social sustentado financeiramente.-----
Em que a família esteja no centro da discussão e das prioridades políticas e a justiça geracional seja um bem a preservar.-----
Uma sociedade humanizada, solidária e fraterna em que as desigualdades sociais se atenuaram e a igualdade de oportunidades se tornou uma realidade.-----
Temos que sonhar,-----
Temos que acreditar,-----
Porque Abril também foi possível.-----
Obrigado a Todos.-----
(Seguiu-se o Hino Nacional) -----
O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão quando eram 12 horas e 57 minutos e do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim,

Primeiro Secretário e pelo Presidente da
Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do Regimento em vigor.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

(José Manuel Henriques Mota Faria)